

# Agricultura suicida

Paulo San Martin

O Brasil é o único país do mundo onde os dez por cento mais ricos consomem metade da riqueza nacional.

(Os ricos e os muito ricos perfazem cinco por cento da população; a pequena burguesia, os remediados, somam quinze por cento. Os pobres, proletários, são trinta por cento e os muito pobres, os miseráveis, são cinquenta por cento — METADE da população brasileira!).

Por trás deste abismo entre desperdício e miséria está a raiz da tragédia: a fome aumentou assustadoramente no País, admitem os próprios artífices do nosso modelo agrícola suicida, em decorrência de uma agricultura voltada fundamentalmente para a exportação.

Reciclamos, já no final do século e do milênio, o modelo de economia dependente dos tempos da Colônia: o modelo de país exportador de matérias-primas, sobre a base de uma agricultura monocultora e predatória. Uma agricultura que repousa sobre o berço esplêndido das elites, das oligarquias.

Costumam comparar o Brasil com os Estados Unidos, dizendo que somos cem anos mais velhos e cem anos mais atrasados. Mas o fato é que a base do desenvolvimento do império americano foi justamente a distribuição das terras. Enquanto lá o acesso à propriedade foi garantido aos pioneiros, aqui a terra foi juridicamente vetada aos brasileiros.

Já nascemos sob o signo do monopólio: a falta de uma população camponesa e o objetivo estritamente mercantil do modelo inviabilizaram o sistema de pequenas propriedades. A produção de alimentos e a pecuária nasceram marginalmente, apenas para abastecer os latifúndios portugueses voltados para a cultura de cana-de-açúcar de exportação. No final do século XVIII o latifúndio reciclaria seu modelo, produzindo o algodão que alimentou os teares da Revolução Industrial da Europa.

Mesmo com a decadência da cana e do algodão, substituídos pelo açúcar da beterra na Europa e pela expansão das lavouras norte-americanas de algodão, o modelo exportador seguiu sua reciclagem: o eixo da agricultura brasileira se transferiu para a região sul e aclimatado o café, já em 1930 o Brasil se transformava em seu maior produtor mundial.

Formaram-se assim os pilares de nossas elites: no Nordeste os coronéis da cana e dos gigantes latifúndios e no sul a oligarquia dos barões do café. A pequena propriedade ficava relegada às regiões esparsas, como Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde a qualidade da terra e do clima não despertava a cobiça dos latifúndios nem a sanha das lavouras de exportação.

O esboço de urbanização e industrialização do País no início dos anos trinta foi o primeiro a minar o poder quase absoluto das oligarquias rurais. Mesmo assim, cada vez mais obsoletos e anacrônicos, os latifúndios mantinham a terra apenas como símbolo de poder, improdutivas. Em 1964 o programa de Reformas de Base do governo João Goulart — que pretendia distribuir maciçamente terras aos lavradores pobres — quase lhes assenta um golpe de morte.

O crescimento das lutas populares e a iminência da desagregação das elites, exigia a remodelação do conjunto. Este foi um dos principais papéis do poder militar a partir de 64, na esfera rural.

A agricultura rudimentar do Brasil — baseada ainda em técnicas seculares — ia sendo substituída pelos tratores, adubos, agrotóxicos e sementes selecionadas que nos chegavam através dos esboços de modernização.

Era um processo mundial: a agricultura de todo o Terceiro Mundo se redefinia. No Brasil, na África ou na Indo-

nésia, as novas práticas agrícolas chegavam na forma de grandes pacotes tecnológicos, orientados e definidos pelas companhias transnacionais. Por além do aparato agrônomo e técnico montado nestes países, saltavam as poderosas empresas de adubos, fertilizantes e agrotóxicos. E, além ainda, as grandes indústrias automotivas de tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas.

Em meados da década de sessenta, documentos secretos que mais tarde viriam a público — elaborados por estrategistas da CIA — já anunciavam: os alimentos seriam a verdadeira arma na decisão das guerras do futuro. Anos depois já em 1974, um documento da Comissão Trilateral afirmava que a base do crescimento do produto mundial bruto dos próximos anos se radicaria na expansão do setor agrícola. O documento da CIA dizia ainda que a Nação ou o grupo de nações que controlasse o mercado mundial de alimentos teria nas mãos um poder de barganha fundamental sobre a evolução política do Planeta.

A lógica agrícola num mundo de esferas de poder hipertrofiadas, deveria ser arrancada a qualquer custo das mãos de chefetes rurais de mentalidade arcaica. Definia-se a transferência do poder rural para as mãos do capital industrial e financeiro.

Sobre esta visão foram sendo montadas as estratégias para a manutenção do equilíbrio de poder e dos lucros do mundo capitalista ocidental. O ponto central destas estratégias previa a implantação de modelos monocultores e dependentes nos países produtores periféricos e o controle de tecnologia e comercialização pelos países centrais. Lançando mão do estoque tecnológico acumulado no pós-guerra, os Estados Unidos deflagraram a execução deste projeto de poder, que mais tarde seria conhecido pelo nome de Revolução Verde.

Assim, entre 1960 e 1972, — as vendas de fertilizantes dos EUA a quatorze países pobres saltaram de 22,7 milhões para 143 milhões de dólares.

Os países dependentes se tornaram cada vez mais dependentes de tecnolo-

gias estrangeiras, peritos estrangeiros, fertilizantes e pesticidas importados, instáveis e competitivos mercados no exterior. As decisões de produção passaram a ser tomadas a milhares e milhares de milhas de distância. Assim, países que eram quase auto-suficientes em sua produção alimentar básica, passaram a importar alimentos. As nações poderosas ampliaram a níveis perigosos o controle da comercialização dos produtos agrícolas em escala mundial.

NOS ÚLTIMOS VINTE CINCO ANOS O VOLUME DE EXPORTAÇÕES DOS PAÍSES POBRES AUMENTOU QUASE TRINTA POR CENTO, MAS SEU VALOR BRUTO SUBIU APENAS QUATRO POR CENTO.

Em 1975, por exemplo, o movimento total da comercialização das bananas no mundo foi de pouco mais de dois bilhões de dólares, mas os países exportadores só receberam 250 milhões de dólares. Na África os países exportadores que compravam um produto exportando sete quilos de café no começo da década de sessenta, dez anos depois precisavam exportar quase quinze quilos do mesmo café para comprar o mesmo produto. O paradoxo é simples: as multinacionais passaram a controlar nada menos que setenta por cento da comercialização mundial do setor.

No ciclo da soja, que vivemos hoje, a história se repete: quase toda a soja produzida no Brasil, é beneficiada e exportada pelas multinacionais, chegando a limites extremos na região oeste do Paraná — uma das maiores regiões produtoras do País — onde a Sombra, a Anderson Clayton, a Cargil e a Conty Brasil são responsáveis pela compra e beneficiamento de 99 por cento da soja produzida.

Este exemplo não é novo nem único na história da economia dependente do País: durante a época áurea do café, apenas uma única empresa nacional — assim mesma associada ao capital estrangeiro — conseguiu exportar café. O restante da produção, dos por-

tos para fora, só era comercializado por empresas multinacionais.

Eis a face mais dura da tragédia: como tudo que até agora determinou os caminhos da história brasileira, desde o descobrimento, a chamada "modernização" da agricultura não se deu por fatores intrínsecos ao seu próprio processo. Ela foi implantada de fora para dentro, seguindo os interesses dos oligopólios transnacionais como a Ford, a Masei Ferguson, Bayer, Dow Chemical, Shell, Ciba-Geigy, Agroceres e tantas outras, transformadas agora nos senhores dos senhores da terra.

O Crédito Rural foi o verdadeiro instrumento de consolidação do novo processo agrícola que se instalava naqueles idos dos anos sessenta. Criado para emprestar dinheiro a taxas de juros negativas — muito abaixo da inflação —, seu verdadeiro papel foi o de favorecer as grandes propriedades. Condicionado ao saldo médio do produtor, o Crédito Rural já excluía logo de cara os pequenos.

Quanto maior a fazenda, maior o subsídio fornecido pelo crédito rural: para as propriedades de mais de dez mil hectares, o crédito chegava a cobrir 75 por cento do valor da produção, enquanto para as propriedades entre dez e cem hectares, cobria apenas vinte por cento, caindo para apenas seis por cento da produção no caso das propriedades com menos de dez hectares.

O Crédito Rural também redefiniu toda a orientação de plantio, já que era através dele que se estabelecia como, onde e o que o agricultor deveria plantar: de 67 a 80 o crédito para o algodão, feijão, mandioca e café diminuiu em cerca de três por cento e o do arroz, cana, milho subiu apenas quatro por cento. JÁ O CRÉDITO DESTINADO ÀS LAVOURAS DE SOJA AUMENTOU EM NADA MENOS QUE TRINTA POR CENTO.

Através do Crédito Rural, também, o governo pagou para que a agricultura incentivasse o desenvolvimento dos grandes oligopólios: nenhum agricultor, por exemplo, consegue financiar a reforma de seu trator usado, já que isso prejudica a venda de novos. O adubo orgânico só é financiado para o lavrador que consumir doses maciças de fertilizantes químicos.

No entanto,

os imóveis com área inferior a 50 hectares, apesar de só deterem onze por cento da área total dos imóveis rurais, são responsáveis por 34 por cento da oferta de todos os produtos agrícolas e de 44 por cento da oferta dos produtos básicos para o abastecimento interno.

Feitas as somas a disparidade é gritante: as fazendas com menos de 100 hectares, que produzem 53 por cento do produto agrícola nacional, recebem apenas 32 por cento do crédito rural enquanto as maiores de mil hectares, responsáveis por apenas treze por cento da produção — recebem proporcionalmente muito mais: 23,5 por cento de todos os empréstimos feitos com juros subsidiados pelo dinheiro público.

As estatísticas revelam ainda que a produtividade média das pequenas propriedades é e sempre foi marcadamente superior à das grandes. O pequeno proprietário, ligado de forma quase direta à terra, a preserva melhor, trabalha mais sobre ela e mantém assim a sua fertilidade por muito mais tempo.

O índice de concentração de terra no Brasil hoje é considerado um dos mais altos do mundo. Nestes últimos vinte anos as oligarquias também se modernizaram, refizeram as associações com o capital internacional, renasceram nos conglomerados urbanos, mas historicamente mantiveram-se sob a égide da mesma sanha: assistimos a uma nova arrancada no processo de concentração de terra, cujo paralelo só pode ser encontrado nos tempos do Brasil colônia.

É o que o jornalista e economista Aloysio Biondi, chama de "reforma agrária às avessas": "Em 1970, do total de pessoas que trabalhavam no setor agrícola, a parcela de um por cento mais rica ficava com dez por cento de toda a renda ganha. Apenas dez anos depois, em 80, um descalabro ainda maior: o mesmo um por cento aumentava a sua participação para nada menos que trinta por cento".

Assim, no extremo oposto das oligarquias, a miséria também se "modernizava". No início dos anos setenta um novo personagem foi sendo introduzido na agricultura brasileira: o bóia-fria, ex-colono das fazendas de café, agora trabalhando como diarista — sem direito nem à casa nem à comida de antigamente — lançado na periferia das cidades, inchando favelas.

Francisco Graziano Neto, professor da Faculdade de Ciências Agrárias da Unesp, diz: "Quando se fala em modernização procura-se analisar apenas a evolução dos índices de utilização das máquinas e dos vários insumos (...).

— (A PROPAGANDA OFICIAL BUSCA APRESENTAR A MODERNIZAÇÃO COMO UMA MERA QUESTÃO TÉCNICA, INEVITÁVEL AO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E SOCIAL DO PAÍS) —

(...) A modernização, no entanto, significa muito mais do que isso".

— As propriedades rurais vão sendo transformadas em verdadeiras empresas, transadas para produzir mercadorias e modificando radicalmente as relações do produtor com a terra.

— O capital industrial, totalmente dominado no País pelas empresas transnacionais, passa a se interessar diretamente pela apropriação de terras, instalando complexos agropecuários por todo o território.

O sociólogo Herbert de Souza, um dos diretores do IBASE e coordenador da Campanha Brasileira pela Reforma Agrária, é quem fala: "Se, com um mínimo de condições os pequenos proprietários abastecem 83 por cento do mercado nacional de feijão, 89 por cento da mandioca, 72 por cento do milho, 78 por cento da batata e assim por diante, ocupando apenas vinte por cento das áreas agricultadas, imagine do que não seria capaz se lhe fossem concedidos os benefícios distribuídos generosamente aos grandes".

Trechos do livro do mesmo nome. Editora Icone, São Paulo, 1985



Têm como certo que a terra, assim como o sol e água, pertence a todos, e que não deve existir "meu" nem "teu", noções geradoras de todos os males; contentam-se, pois, com pouco (...) Para eles, é a idade de ouro. Não cercam suas propriedades nem de fossos, nem de muros, nem de estacadas; vivem em jardins abertos, veneram, por natureza, o que é justo; têm por mau e perverso aquele que se compraz em fazer mal a outrem.

Narrativas de exploradores recolhidas por Pedro Mártir de Anghiera historiador italiano preceptor na corte de Espanha 1511